

PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO E PRECARIZAÇÃO SIMBÓLICA

PROCESSES OF SUBJECTIVATION AND SYMBOLIC LIMITATION

Valéria Marques – Doutora em Psicologia.

Professora Adjunta na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) / DEPSI/IE.

valeriamarques@ufrj.br

Cecilia Satriano – Doutora em Psicologia.

Professora Associada na Universidad Nacional de Rosario (UNR), Investigadora CIUNR de carreira de pesquisador científico – UNR, Argentina.

ceciliasatriano@fibertel.com.ar

Resumo

Este artigo pretende discutir sobre a relação entre processos de subjetivação e precarização simbólica. A subjetividade nasce de uma marca biológica e logo se converte no fruto de um processo complexo e singular. Surge uma questão importante: que fatores interferem na constituição do sujeito? Um conjunto de subsistemas, fatores multifacetados que interagem entre si, desde fatores biológicos, sociológicos, psicológicos aos contextuais. Todavia, há um elo que permeia todos – o aspecto simbólico inerente ao humano, que influencia ao mesmo tempo em que é influenciado. Em alguns casos, pode haver um comprometimento neste aspecto, a precarização simbólica. Este artigo pretende focalizar este tema com destaque para o psicólogo como mediador neste processo, agindo diretamente com o sujeito e/ou com outros subsistemas como: a família, a escola, a comunidade etc. O fundamental é ter como premissa básica o sujeito da enunciação, desejante e empoderado.

Palavras-chave: processos de subjetivação, precarização simbólica, sujeito da enunciação.

Abstract

This article intends to discuss the relationship between processes of subjectivation and symbolic's poverty. Subjectivity begins as a biological mark and then, changes into a singular and complex process. Another question arises: what factors interfere in the constitution of the subject? A set of subsystems, multi-pronged factors that interact among themselves, since biological factors, sociological, psychological until the contextual. However, there is a link

that permeates all _ the symbolic aspect inherent in the human that influences while is influenced. In some cases, there may be a compromise in this respect, the symbolic poverty. This article intends to focus this topic with highlight to the psychologist as mediator in this process, acting directly with the subject and/or with other subsystems such as: family, school, community, etc. The key is from the subject leadership, who desires and has power.

Key-words: processes of subjectivation, symbolic poverty, prone leadership.

INTRODUÇÃO

A contemporaneidade aponta para processos de subjetivação calcados na discussão sobre ordem e caos. A ruptura de paradigmas, a transformação de relações e valores atinge não apenas a consciência, mas também aos processos de subjetivação. Diferentemente da posição teórica que defende a proposta da personalidade única, delineamento do sujeito completo na ordem e distante do caos, ou da posição teórica que defende a proposta da constituição de sujeito alheio ao social, este artigo defende a ideia do homem em processo, de constituição permanente, sujeito faltante, com abertura interativa para si, para o outro e para o mundo (FIGUEIREDO, 1999; MARQUES, 2005). Os aspectos sócio-histórico e cultural ganham relevância dada à negociação intrínseca permanente exigida na interação homem-meio, visto que não é possível uma divisão estanque entre indivíduo e sociedade. O sujeito se constitui a partir de sua relação com o outro e esta conexão não é biologicamente determinada, mas atravessada por diferentes marcas e realidades internas e externas. O amadurecimento e a saúde se referem à articulação de um conjunto de “eus” (si mesmos) que interagem e se atualizam.

Hoje dispomos de referências teóricas e empíricas suficientes para compreender o si-mesmo como formação sempre historicamente circunstanciada e culturalmente contingenciada. Sendo assim, qualquer *práxis* que aponte para a produção subjetiva deve considerar a formação de “si-mesmos” múltiplos, distribuídos interpessoalmente (Bruner), e correlativos às práticas dos agentes em interação. O “si-mesmo” não é simples resultado da reflexão contemplativa (Bruner), mas é negociado nas diversas situações em que a *práxis* produz significados. [...]

Em qualquer caso, o que vemos surgir na pesquisa psicológica é a subjetivação como **processo**. Já muito longe do sujeito abstrato (dos universalismos epistemológicos), a subjetividade se produz na possibilidade da matriz biológica ser, em muitas circunstâncias, solicitado a **tornar-se sujeito** (MONTEIRO, 2008, p.67-68).

A escolha da palavra “processos” no título deste trabalho busca enfatizar dois aspectos: o primeiro trata da construção, do movimento, da transformação em curso em contraposição a algo inerente, definido, concluído. Mudanças estas, que compõem um texto, não ocorrem no vazio, e sim na troca, na interação, na promoção do intertexto dentro de um contexto. O outro aspecto é o uso do plural, para indicar que são diversos caminhos e possibilidades, potencialidades que podem ou não se concretizar até mesmo perdurar. Assume-se uma posição epistemológica, divergente do inatismo e do condutismo, relativas às teorias da complexidade e ecológica (BRONFENBRENNER, 1996, MARQUES, 2005).

A palavra subjetivação enaltece a constituição do sujeito que transcende sua mera condição biológica. O ser humano não “nasce” pronto, ele se constitui como membro de sua espécie, ultrapassa sua herança genética, avança seus instintos e deixa sua marca. Thá (2007) destaca três conceitos básicos da subjetividade da teoria psicanalítica de Freud: o conceito de eu, o conceito de objeto e o conceito de mundo. Para o autor, pautada na divisão do eu, esta teoria considera a experiência “interior” do eu em relação ao objeto, isto se desdobra na formulação dos conceitos básicos fundantes da subjetivação: “o conceito de eu, cindido em eu-prazer e eu-realidade, o conceito de objeto, cindido em objeto bom e objeto mau e o conceito de mundo, cindido em mundo interno e mundo externo” (THÁ, 2007, p.235). Estes três conceitos se formam na interação sujeito-meio, além da interação mútua, e modificam a si e aos demais ao longo da vida. A construção de sujeito abstrato de uma teoria nomotética, não cabe neste enquadre, não há um resultado final anteriormente previsto e controlado. Há uma explosão de possibilidades que se configuram ao longo de tornar-se sujeito, que modifica e é modificado, na criatividade, na (re)invenção, (re)descoberta constante de si e do mundo.

Novos modelos que põem em foco a novela edípica se destacam, novas articulações teóricas despontam. Consequentemente torna-se necessário revisar não apenas os modos pelos quais se constitui a produção psíquica, mas também suas consequências na produção subjetiva. Estas mudanças nos modos de engendramentos provocam efeitos nas vicissitudes identitárias das crianças.

O que é comum na constituição psíquica em todos os modelos culturais é a proposição que impede a apropriação da criança por parte do adulto como seu objeto de gozo. Os resultados que se produzem pelas diferentes junções e os diferentes modos históricos, vão gerar novas subjetividades, que vão enraizar os processos ideativos e fazer impactos na estruturação psíquica.

Subjetivação remonta então, a este sujeito tornar-se parte da comunidade humana, tornar-se ao mesmo tempo semelhante e diferente, consciente e inconsciente, influenciado e influenciável, permanente e mutante. Em seu íntimo, no seu *si mesmo*, o ser humano, é um ser múltiplo e único, vários *eus* em um *eu*.

Se este sujeito não se constitui em um vazio, ele é atravessado pelo contexto espaço-temporal presentificado na realidade sócio-cultural que influencia seu modo de ser e pensar. Esta construção da realidade é carregada de simbolismos. Há diversas maneiras de acessar a simbolização humana, destaca-se a que mais se aproxima ao conhecimento do *si mesmo*, a narrativa, capacidade exclusiva do ser humano.

O pertencimento cultural assegura ao indivíduo a participação nos sistemas simbólicos que ele utiliza, então, para explicar e prever os comportamentos.[...]

Nas versões mais avançadas da psicologia cognitiva um valor preponderante é colocado sobre o ato narrativo. É no processo de narrar que a subjetividade se produz. A estrutura narrativa da psicologia popular resulta da tensão entre os estados percebidos do mundo e os desejos da pessoa (MONTEIRO, 2008, p. 64-65)

Neto (2004) acrescenta que:

A subjetividade (é) entendida como emergência histórica de processos, não determinado pelo social, mas em conexão com os processos sociais, culturais, econômicos, tecnológicos, midiáticos, ecológicos, urbanos, que participam da sua constituição e de seu funcionamento (NETO, 2004, p.4).

Por vezes, o processo de constituição do sujeito é comprometido quer seja por questões afetivas, quer seja por questões cognitivas, ou ambas concomitantemente. A entrada no universo simbólico torna-se necessária para a simbolização do desejo e a postergação de sua satisfação. O simbólico favorece a transposição do limite do real, e seu bom manejo conduz à saúde e ao bem estar. Mas, o que acontece se este aspecto é relegado? Se o humano é privado e sua condição criativa e de criação do mundo, ele adocece. A alienação, a ignorância são duas saídas possíveis para não se defrontar com a angústia (MARQUES, 2002, SOUZA, 1995), mas não significa que são as melhores escolhas. Há um preço nesta trajetória.

Estamos aí no litoral, entre Sujeito e Outro. Em particular, este que concerne à borda entre o erótico e o sexual, entre o campo da representação (inscrição fálica) e posição sexuada (i.e., os modos singulares de inscrição e legitimação do gozo). Na inscrição de heterogêneos (corpo e linguagem), encontramos o trabalho do “não”, construção da borda entre o nem um, nem outro que se traduz na psicanálise pelas condições de afirmação sexuada do sujeito (POLI, 2009, p. 307).

Este trabalho pretende discutir o efeito da precarização simbólica nos processos de subjetivação, com ênfase na relação entre a precarização simbólica e o social, no âmbito da privação e da exclusão. Ao final, busca-se levantar a contribuição da psicologia na área da saúde.

A CONSTITUIÇÃO PSÍQUICA E OS PROCESSOS DE SIMBOLIZAÇÃO

As condições de constituição do psiquismo transcendem os modelos sociais e históricos tendo um caráter organizador e permeável a novos modos de produção dos fantasmas singulares. Então, quando se fala de fundação do originário se faz referência à constituição da subjetividade e de todas aquelas representações que fundam o inconsciente. Considera-se que se a concepção de criança depende do contexto de onde esta se desenvolve, o sintoma da criança pode responder ao que tem de sintomático na estrutura familiar e responder a verdade do casal, a qual conforma na atualidade, uma variação muito importante. Estas são as transformações que dão conta do movimento que transcorre desde o humano ao sexuada, conformando os significantes do desejo dos pais e formando a matriz simbólica que constitui a subjetividade da criança.

Os denominados condicionantes subjetivos são as relações com os primeiros objetos que produzem as impressões que conformarão as matrizes dos modos de relacionar-se com estes objetos. Assim, a constituição subjetiva é a consequência do entremeado representacional e identificatório que conforma a subjetividade da criança e que lhe serve para constituir suas referências sociais.

Por outro lado, também se agregam os grupos de referência e pertinência os que brindam as condições de constituição da subjetividade, permitindo estabelecer a inscrição e a transmissão dos dispositivos de intermediação. Seu grupo cultural e as instituições sociais que lhe perpassam, pelo amor ou pelo ódio, pela aproximação ou pelo distanciamento, provocam

marcas. Por esta razão, a função que cumprem os adultos é reguladora, metabolizadora do ambiente e mediatizadora da realidade que se apresenta a criança.

A noção de sujeito defendida neste trabalho é do sujeito descentrado, não entificado, cindido e faltante, “subordinado à ordem do inconsciente determinante que gera significações e à ordem simbólica, que produz, antes dele vir ao mundo, aquilo que vai engendrá-lo” (BRAZIL, 1988, p.2). Portanto, o sujeito se constitui a partir da separação eu/outro antes não existente. É preciso romper com a relação simbiótica com a mãe, com a relação binária do Tudo e do Nada, anterior ao processo de socialização, para inaugurar o sujeito. O início da formação do eu decorre do imaginário e do simbólico, que marca a oposição entre a fase simbólica, de indiferenciação primária, e a edipiana, de constituição do sujeito. A díade mãe-filho tem grande valor, pois pode interferir positivamente ou não neste processo. A função paterna estabelece um corte na simbiose mãe-filho e possibilita a entrada no simbólico. A criança inserida na ordem simbólica torna-se capaz de reconhecer a diferença.

A sexuação é o que permite desprender a criança de sua mãe e instalar uma diferença. Sexuação designa o modo que, no inconsciente, os dois sexos se reconhecem e se diferenciam, a maneira em que homens e mulheres se relacionam com seu próprio sexo, com as questões da castração e da diferença entre os sexos. Um dos significantes primordiais é aquele que lhe dá sua ubiquidade através da nomação própria. Por isso, se diz que a criança é um objeto enlaçado na estrutura do desejo do Outro mediante a linguagem, também os fantasmas que sustentam as funções parentais. Conclui-se então, que a função simbólica não pré-existe ao sujeito e ela não é resultado da pressão externa, senão que a qualidade da interação do investimento simbólico é o que intervém neste processo.

A produção subjetiva está formada por todos os aspectos que fazem a construção social, incluindo modos de produção e reprodução ideológica, que se encontram nos espaços próximos da criança, por exemplo, a família como forma social, com suas “idas e vindas” e mudanças. A presença do outro é inseparável à organização mesma do sujeito. Neste sentido, a posição subjetiva se executa em uma dupla inscrição: como consequência da repressão se produz um estranhamento, que é o processo mediante ao qual algo ou alguém se torna estrangeiro. Sua importância é que marca os lugares que definem e fixam as representações no inconsciente. Ali se produz uma diferenciação quando uma parte de si mesmo sobrevive alheia. Desta maneira o espaço materno deixa de ser uma continuidade e se desencadeia a intersubjetividade.

Os processos de simbolização se ordenam a partir da mesma constituição subjetiva, a qual se produz na relação com o Outro. A constituição da alteridade é um pré-requisito para que se constitua a simbolização e a inteligência, por isso está ligada necessariamente a presença e a função subjetivante do semelhante. Quando se produz a separação na criança, permanece ligado através das estruturas significantes formadas por lógicas de representações e significantes paternos que precedem a criança (SATRIANO, 2010).

A linguagem tem papel primordial neste processo, pois através de sua estrutura como representativa da ordem social e simbólica, é possível o distanciamento entre o vivido e o simbolizado. Antes de ascender à linguagem, a criança é o sujeito do enunciado e não da enunciação (MARQUES, 2005). Ela precisa desprender-se do desejo do Outro e descobrir e defender o seu desejo. Mrech (1999) realça que o processo de constituição do sujeito vai depender das condições tecidas através da linguagem e da fala que o Outro lhe der.

Como sujeito da enunciação, o indivíduo está referido à determinação da língua enquanto sistema de regras, convenção social, isto é, à ordem do simbólico constituída e constituinte. O campo da linguagem é o recesso de significações e o *locus* do inconsciente como lugar de estruturação (BRAZIL, 1988, p.14)

Percebe-se o valor da dinâmica, o papel da linguagem e do aspecto simbólico nesta articulação.

A partir desta proposição linguística as narrativas pessoais e culturais organizam a experiência na maior proximidade possível, dando origem a um mundo que consideramos íntimo e que sustentam nossas trocas com um mundo considerado exterior (MONTEIRO, 2008, p.67).

A atualidade desmascara a certeza, e deixa a certeza da incerteza. Não se busca acabar com a ordem, mas considerar o caos. Não se trata de escolher um ou o outro, visto que não existe um sem o outro, mas evidenciar o movimento e suas conexões. Contudo, a configuração desta realidade tão fluida e aberta por vezes provoca no ser humano a tendência à radicalização, permanecer em um extremo e destruir o outro. Em um extremo, a verdade não existe, nada é permanente, tudo é fugaz, portanto, o desdobramento é inevitável – opta-se pelo descarte, pela superfície e pelo não envolvimento. De modo ilusório, acredita-se traçar o caminho da “não angústia”, da total permeabilidade entre sujeito e meio, alcançar supostamente a felicidade plena e não tão somente a autopreservação. Em outro extremo, a verdade é única, o certo é permanente, tudo responde a um princípio, a rigidez é a solução – opta-se pelo foco, pelo elo positivo, factual. Do mesmo modo, também supõe que esta escolha

vá pelo caminho da “não angústia”, da ausência de permeabilidade entre sujeito e meio, alcançar a felicidade, além da autopreservação.

Entretanto, existe uma terceira saída que seria o movimento de atualização, a semi-permeabilidade (CALIL, 1987), convive-se simultaneamente a certeza e a incerteza, isto é, pontos que estão na interação, que assumem uma configuração que podem se modificar na atualização das trocas constantes. Somando-se a isto, existem pontos de vista assumidos conscientemente e pontos de vista cegos ao próprio sujeito que interferem nesta interação. Diferentes fatores, dentre eles fatores biológicos, sócio-culturais, cognitivos, afetivos, contextuais estão presentes e qualificam a interação. A intenção de autopreservação permanece, mas não sem angústia. O movimento permanente de ir e vir, da reflexão e crítica, da interação com diferentes sistemas e subsistemas com intensidades distintas provocam sensações de tranquilidade e de inquietação, em papéis e situações conhecidas e atendidas conjuntamente com outras desconhecidas, por vezes conflitantes, em construção ou pelo menos incertas.

O que ocorre quando não há um investimento simbólico suficientemente positivo no processo de constituição do sujeito?

PRECARIZAÇÃO SIMBÓLICA E O SOCIAL

Uma grande distinção entre o ser humano e os demais animais está nos processos psicológicos, diferenciados em primários e secundários, ou básicos/elementares e superiores respectivamente, e sua relação com a capacidade de simbolização. O simbólico dá um novo matiz na relação homem e meio, ele amplia suas chances e qualidade de vida.

Os processos psicológicos básicos relacionam-se com a capacidade de sobrevivência, a herança genética, o instinto, a relação imediata com a realidade, podendo nos casos mais avançados chegar até ao aprendizado do ensaio e erro. O uso da percepção, memória, resolução de problemas entre outros marcados pela espécie com comportamentos padrões, dentro de um espectro de interação.

Os processos psicológicos superiores ampliam a capacidade de adaptação humana, aprimoramento de sua prole e superação de seus limites no rompimento do tempo e espaço na construção da realidade através de sua capacidade de representação. A capacidade de

simbolizar transcende a percepção e aponta para a dupla inscrição ausência/presença (BRAZIL, 1988). O sujeito não apenas interage com a realidade, mas “cria” e internaliza a realidade, torna-se capaz de formar e compartilhar novas estratégias que qualificam seu estar no mundo. A capacidade de representação é um forte instrumento psicológico, a linguagem e sua expressão na cultura são alguns de seus desdobramentos. Os processos psicológicos superiores não são decorrentes unicamente da hereditariedade humana, esta apenas o potencializa, mas ele precisa fazê-los funcionar. Este processo não é automático.

A importância do estudo sobre os processos de simbolização se deve às problemáticas que as crianças apresentam na atualidade, diz respeito às dificuldades de aprendizagem, as que realçam as restrições na produção simbólica que se manifestam nas próprias atuações escolares, como assim também em suas produções narrativas, orais, escritas, na leitura etc.

Isto estaria implicando um empobrecimento da passagem ao processo secundário e a diferentes processos de investimentos a objetos substitutos. Uma evidência clara é a formulação oral da expressividade na qual se nota uma restrição nos tempos historizantes, os quais permitem o sujeito projetar-se de forma autônoma. Também esta falta de elaboração e reinscrição da própria história denunciam uma carência de projeto identificatório que nos relança a analisar a construção da subjetividade.

Carneiro (2006) focaliza a importância dos contextos sociais e do acesso ao universo dos signos e dos processos de significação. Sem eles, não se desenvolvem formas superiores de pensamento. As crianças adquirem os instrumentos simbólicos que necessitam para desenvolver-se no mundo através de um processo mediado social e semioticamente pelos membros mais experimentados de sua cultura.

O homem se torna humano não apenas por sua carga genética, mas pela relação com o semelhante e com o mundo, e sua inserção na cultura. Quando há uma falta de riqueza ou investimento simbólico, a formação do sujeito fica comprometida tanto nos seus aspectos afetivos quanto cognitivos. Marques & Satriano (2009) apresentam a relação entre precarização simbólica e constituição do sujeito.

Se concluyen por lo tanto que la función simbólica no pre-existe al sujeto y ella no es automáticamente fruto apenas de la presión externa, sino que la cualidad de interacción del investimento simbólico es lo que interfiere en este proceso. De esta forma, situaciones inadecuadas pueden conducir a la

precarización simbólica y en consecuencia compromete la constitución (del yo - afectivo) y la estructuración (del yo - cognitivo) del sujeto (MARQUES; SATRIANO, 2009, p.1)

A precarização simbólica pode advir de situações de privação social que podem produzir uma precariedade nos investimentos libidinais que afetam a constituição egóica e a percepção de si mesmo (SATRIANO, 2007).

As falhas nas constituições narcísicas geram vulnerabilidade e vazios subjetivos. Estas carências na contenção e interdição podem produzir sujeitos sem limites, sem bordas que o contenham, sem delimitação em seu espaço psíquico, tanto em respeito de si próprio como com o semelhante. São sujeitos clara e profundamente dependentes em sua constituição subjetiva, com problemas de identidade.

Satriano (2009) estuda a relação entre a precarização simbólica e a constituição do sujeito. Em suas palavras:

Se propone un abordaje clínico que permita determinar los efectos que generan las condiciones de carencia en la contención subjetiva que conllevan las fallas en el psiquismo infantil y restringen su capacidad simbólica. Se registraron situaciones de deprivación social en la que viven algunos niños, que limitan los procesos de simbolización y afectan la constitución subjetiva (SATRIANO, 2009, p.1).

As falhas nos processos de estruturação psíquica na infância se devem às instáveis inscrições nas quais não dão lugar a que a repressão opere como uma manifestação neurótica. Quer dizer, não permitindo uma organização psíquica adequada, aparecem diversos efeitos que atuam no déficit sobre a contenção estrutural. Quando não se constitui a repressão, quando tem um fracasso em sua instalação, não se produz o ordenamento ou a estruturação do psiquismo.

Existem algumas famílias que não estão em condições adequadas de garantir sua função de sustento, os contextos, nos quais se desenvolvem seus membros, se convertem em um elemento de risco para a constituição subjetiva. Por si, a precariedade implica que as famílias não podem prover as condições de suportes a seus membros, pondo em risco o desenvolvimento da criança.

A privação social, associada à exclusão social pode distanciar o sujeito do lado efetivo da cultura. Pelo contrário, pode prevalecer a cultura do estigma, que reduz o indivíduo em

uma posição social pejorativa e apática, sem poder de voz e sem vez no grupo, depositário de baixas expectativas e imagens negativas. Baseado em Geertz (1978), Correia (2003) interpreta cultura como “imbricadas e complexas “teias” de significados que são construídos e compartilhados pelos membros de um dado grupo social” (CORREIA, 2003, p.506). O sujeito desponta destas relações. Dos encontros e desencontros, e das tensões destas conexões emerge sua história. Mais uma vez, destaca-se o aspecto simbólico, simultaneamente, o sentido compartilhado e o sentido individual. Ferreira e Grossi (2002) baseados em Perelmutter (1998) citam os quatro pilares que sustentam a subjetividade: 1) o da subjetividade enquanto emoção; 2) o da subjetividade enquanto faculdade psicológica; 3) a subjetividade enquanto identidade individual e 4) a subjetividade enquanto identidade coletiva. Esta colocação aponta mais uma vez para o aspecto processual e contextual da subjetividade, para os processos que a influenciam. Não se trata meramente da experiência vivida, mas do seu significado e sentido atribuído individualmente e coletivamente, de algo construído no simbólico no encontro entre o real e o imaginário. O sujeito deve estar no foco, nas experiências que significam seu ser no mundo. Seu discurso, sua memória, seu pensamento, seus valores e crenças não são desvinculados do seu contexto e devem ser refletidos e analisados para serem assumidos em sua enunciação. A narrativa do sujeito se dá em diferentes canais, não apenas no oral, ele próprio deve aprender a valorizar a construção de significado para sua própria existência, diferenciando-se dos demais e ao mesmo tempo encontrando elos de semelhança. Há uma mediação possível e desejável neste processo, que busque quebrar com a estereotipia e o preconceito. A mediação – quer seja fruto de uma intervenção clínica, quer seja fruto de uma intervenção psicossocial – deve estar pautada na figura de um mediador que prime pela saúde e autoconhecimento do sujeito.

Marques e Satriano (2009, p.2) resumem que:

Así la constitución subjetiva es la consecuencia del entramado representacional e identificadorio que conforman la subjetividad del niño y que le sirve para constituir sus referencias sociales.

Los grupos de referencia y pertinencia son los que brindan las condiciones de constitución de la subjetividad, permitiendo establecer la inscripción y la transmisión de los dispositivos de intermediación. Por esa razón, la función que cumplen los adultos es reguladora, metabolizadora del ambiente o mediatizadora de la realidad que se le presenta al niño.

La producción subjetiva está formada por todos los aspectos que hacen a la construcción social, incluyendo modos de producción y reproducción ideológica, que se encuentran en los espacios próximos al niño. Es decir, la familia como forma social, con sus vaivenes y cambios. La presencia del otro es inseparable a la organización misma del sujeto.

Neste panorama sobressai a pessoa excluída, marcada pela pobreza de bens materiais e simbólicos. Esta pessoa que tem prejuízos na sua constituição enquanto sujeito por se aprisionar a fragmentos da realidade, quer seja interior ou exterior. Os estigmas aderem-se facilmente neste cenário e comprometem a atualização e modificação de papéis. Há um encapsulamento e perde-se a semi-permeabilidade dos sistemas e subsistemas, com realidades rigidamente definidas e reproduzidas, sem mudanças, expectativas ou esperanças. O discurso torna-se vazio de significado, empobrecido pela falta de uma possibilidade de articulação simbólica da realidade, quer seja pela concretude, quer seja pela fantasia. O excesso de ambos paralisa.

Com poucos elementos para simbolização e distanciamento da realidade, o sujeito fracassa ou empobrece sua representação sobre si mesmo, sobre a representação que os outros fazem de si e de sua representação sobre a realidade em geral. Entra em um processo de automatização, “de comer, trabalhar e dormir” em sua vida, sem perspectivas, sonhos ou sublimação. Pode-se reduzir ao objeto de desejo do outro sem ter “vida própria”, “deixar a vida lhe levar”, viver um dia atrás do outro de modo alienado. O acesso ao bem material não significa ser consumista e possuir todos os produtos comercializados, mas significa acesso a bens que dignificam e qualificam seu estar no mundo. É inconcebível no avanço tecnológico alcançado pela humanidade que existam comunidades (não precisa ir longe) que não tenham o mínimo para sua saúde integral, como o direito à alimentação, à moradia, com infraestrutura de água e esgoto, por exemplo.

A constituição da representação de si mesmo é inseparável da representação que os outros fazem de si, elas são interdependentes e mutuamente influenciáveis. No caso da exclusão social, quer seja por questão sócio-econômica, quer seja por questão de condição de algum déficit orgânico, esta representação precisa de atenção e estimulação. Nesta discussão sobre o caráter simbólico, Carneiro (2006) conclui que:

Portanto, este não desenvolvimento tem muito mais a ver com a escassez ou mesmo ausência de oportunidades de mediação semiótica do que com a lesão, com a alteração cromossômica ou com qualquer outra condição, orgânica ou não, significada como incapacidade individual. [...] Partindo do princípio de que todo ser humano pode aprender, podemos afirmar que todos, ainda que com condições físicas, mentais, sensoriais, neurológicas ou emocionais significativamente diferentes, podem desenvolver sua inteligência (CARNEIRO, p.4, 2006).

A constituição do sujeito do desejo e do conhecimento é alimentada pelo aspecto simbólico, motor propulsor dos processos psicológicos superiores. A precarização simbólica traz sérios prejuízos ao desenvolvimento integral e a constituição deste sujeito. A escassez de estimulação significativa pode ser revertida, caso se veja efetivamente o outro como semelhante e não como objeto.

Sem identidade, não há sentimento de pertença. Sem interação social não há formação de comunidade. Sem comunidade emerge a fragilidade e o sentimento de solidão e isolamento. A cultura é um elo forte. A limitação ao acesso a bens culturais, ao lazer e desportos reforçam a subalternidade, construída socialmente, alimentada e reproduzida em meio à ignorância de direitos, restrições, alienação e ausência de foco das ações sociais do Estado. Em um panorama de precarização a saúde psíquica e a interação social podem ficar debilitadas.

O psicólogo tem muito a contribuir, não apenas em sua ação clínica, mas também na sua ação psicossocial, não apenas na ação terapêutica, mas também na sua ação de promoção de saúde.

A PSICOLOGIA E POSSÍVEIS INTERVENÇÕES DE SAÚDE

Neto (2004) reconhece o perigo da distorção em considerar sintomas psicológicos como sinais meramente de interioridade desconectados dos processos de subjetivação. Os psicólogos, prioritariamente, devem estar atentos a uma análise em rede, não se pode desmembrar a vivência intra-subjetiva do contexto espaço-temporal-político. Esta posição profissional se desdobra em um posicionamento teórico, ético, clínico e político. O autor propõe uma clínica transdisciplinar em contraste com a disciplinar. Isto não significa sair de seu saber, mas abrir para a conexão com outros saberes. Outra colocação importante é a ampliação da ação do psicólogo e sua articulação clínica e política, ao conferir em sua leitura significações não exclusivamente individuais, mas também contextuais, portanto propõe uma clínica política.

Nas últimas décadas, a psicologia tem despertado para seu comprometimento social e a importância de sua ação junto à política pública, em especial no que se refere à saúde coletiva. Pinto (2007) em sua discussão sobre a relação entre subjetivação, música e musicoterapia, apresenta uma reflexão interessante sobre a política:

A consequência política está na atitude de mediar, traduzir, misturar as situações, coisas, música, teoria. Estar aqui, costurando sentidos, potências e vínculos. Política no sentido do esforço da tradução para o que se desloca nos grupos (LATOURET, *id*), na efetivação do fazer elo de entendimento entre o sofrimento humano, a compaixão, a paixão, o singular e o coletivo; a abertura de espaços nos espaços públicos; a aplicação da musicoterapia na saúde mental, na saúde do trabalhador, nas políticas junto à infância, aos idosos, a saúde da família. Político no combate ao desânimo tanto quanto no combate à arrogância, e na preservação da esperança. (PINTO, 2007, p.165.)

Por esta razão, a intervenção clínica deve orientar-se a dar um lugar simbólico a criança. Tal estratégia permite não culpabilizar os pais pelas consequências em seus filhos, senão localizá-los em sua função. Quer dizer, a intervenção deve sustentar uma clara posição do profissional, que deve abrir as vias à simbolização em vez de produzir um julgamento.

O sentimento de pertença emerge a história e origem da comunidade, sem necessitar permanecer no saudosismo ou na exaltação do passado em detrimento do presente e do futuro. Aliás, não há presente e futuro, sem passado. A sociedade pós-moderna impulsiona para o individualismo e a redução dos grupos familiares, tudo que lembre tradição tende a ser descartado e caracterizado como negativo. Todavia, esta direção pode ser modificada.

Na contramão desta tendência, propõe-se o resgate de identificação através dos referenciais culturais para fortalecer o sujeito e sua comunidade. Reconhecer tanto a diferença quanto a semelhança. Propõe-se a valorização de expressões culturais, tais como falas, histórias, rituais, músicas, danças, festas e brincadeiras, presentes no cotidiano ou que fazem parte da história da comunidade. Estas expressões podem ser utilizadas para refletir sobre si, sobre a comunidade, sobre direitos e deveres, além de proporcionar e revitalizar a vivência, potencialidade e memória do grupo. A abertura para a diversidade de expressões culturais possibilita a convivência com o antigo e o novo, com o respeito aos modelos estéticos de diferentes gerações e origens.

Tedesco (2006) discute que a ação clínica do psicólogo deve centrar-se na interrogação da paralisia do processo de subjetivação e de seus referenciais absolutos de julgamento. Deve-se favorecer a criação, a renovação, a possibilidade de investimento em novas relações, na capacidade de invenção de formas anteriormente impensáveis de si e do mundo. Ela coloca que:

A tarefa clínica, neste contexto, se cumpriria no zelo pelo duplo movimento, pelo qual reconhecemos o caráter cambiante da subjetividade. Quando determinada configuração da rede discursiva/não discursiva, no seu movimento convergente de produção de realidade, obstaculiza o nomadismo da subjetividade, caberia a intervenção clínica reenviar o sujeito ao seu plano de produção e deste modo incitar a máquina a retomar seu movimento. (TEDESCO, 2006, p.362.)

O psicólogo pode colaborar na promoção da autonomia e do empoderamento tanto individual quanto comunitário. Não como representante da verdade absoluta e solucionador de problemas, mas como facilitador e mediador na interação sujeito-meio. Ele pode incentivar e colaborar no fortalecimento de lideranças locais, assim como no treinamento de dinamizadores e trabalhar de modo cooperativo e interdisciplinar com outros profissionais. Pode valorizar a enunciação do sujeito, a criatividade e a criticidade, além de sinalizar sua potencialidade e gerenciamento de suas limitações. O protagonismo social e a pró-atividade são práticas que exigem tempo e experiência, uma construção ético-política individual e coletiva, com idas e vindas.

Expressões artísticas e eventos culturais são ótimos canais para a saúde plena. A arte e a cultura disponibilizam eixos para a articulação entre a tradição e a modernidade, o antigo e o novo. Eles não precisam ser excludentes, não é necessário abrir mão da história, ou da identificação da origem para ascender ao futuro e a criação de novos patamares e valores. A psicologia pode utilizar-se desta abertura.

CONCLUSÃO

Este trabalho pretendeu reunir elementos e discutir o efeito da precarização simbólica nos processos de subjetivação, com ênfase na relação entre a precarização simbólica e o social, no âmbito da privação e da exclusão.

A constituição subjetiva mantém estreita relação com o processo de simbolização, tanto na saúde quanto na patologia. Não se pode olhar o sujeito isoladamente, de modo descontextualizado, sua história, suas referências pessoais e sociais, sua cultura e valores estão entremeados em cada detalhe do ser, presentificado em sua relação no cotidiano, permitindo estabelecer a inscrição e a transmissão dos dispositivos de intermediação.

A ação dos adultos é reguladora, metabolizadora do ambiente e mediatizadora da realidade que se apresenta a criança. Quando isto não ocorre, quando não há uma sustentação que favoreça o movimento de interação e atualização o sujeito em constituição enfraquece ou paralisa. A intervenção de uma ação psicológica clínica e/ou psicossocial busca furar e romper com esta barreira, colaborando com a construção e/ou resgate de saúde do sujeito.

Quando a pessoa está paralisada, ela está adoecida, uma das possíveis consequências é um agravamento no seu processo de subjetivação e simbolização, ou seja, um comprometimento com a construção do mundo interno e externo. O rompimento com as diversas possibilidades de ação, reação, criação, interação no espaço tempo, isto é, não há movimento saudável, ou tudo flui, ou tudo bloqueia. Há de todo modo um aprisionamento.

A precarização simbólica pode advir de situações de privação de identificação primária ou de caráter mais amplo, social. Em ambos há precariedade nos investimentos libidinais que afetam a constituição egóica, a percepção de si mesmo e da realidade. A privação pessoal e social, associada à exclusão social podem aniquilar o sujeito desejante e alimentar uma ilusão de predestinação diante da situação que provocaria a alienação, a apatia e a falta de identidade positiva pessoal e social. O resultado negativo é o reforçamento do preconceito e da reprodução de estigmas.

O uso da narrativa como instrumento de ação pelo psicólogo permite tanto o valor do sujeito da enunciação quanto o descobrimento/fortalecimento da identidade social e resgate de origem. A narrativa valoriza a singularidade e a mutualidade ao mesmo tempo. O psicólogo pode trabalhar como mediador e incentivar o movimento de libertação, autonomia e autoconhecimento.

É necessária a assunção da responsabilidade social para a construção de uma sociedade democrática mais justa e igualitária. Um passo possível é a divulgação dos direitos, eles devem ser conhecidos para serem conquistados. A ética é o pilar mestre de toda a discussão. A indignação, o espanto e a recusa à violação dos direitos humanos estão em estreita relação com a saúde coletiva e a mudança do quadro de violência atual. A compreensão da relação entre a representação social e o término ou a diminuição da estigmatização e da marginalização dos grupos excluídos contribuem para o estabelecimento de novos valores sociais.

A valorização do conhecimento popular, suas origens e tradições não em uma perspectiva saudosista, mas identificatória. Luta por espaços de criação, criticidade, renovação e expressão. Expressões artísticas e eventos culturais são ótimos canais para a saúde que podem ser utilizados na intervenção psicológica. A arte e a cultura, exemplos de possibilidade de sublimação e de mutualidade, sem oprimir a singularidade. Elas disponibilizam espaço para a articulação entre a tradição e a modernidade, o antigo e o novo. Estas possibilidades não precisam ser excludentes, não é necessário abrir mão da história, ou da identificação da origem para ascender ao futuro e a criação de novos patamares e valores.

Uma sugestão de direcionamento de ação é a emancipação como desconstrução do processo de alienação. O exercício da autonomia a partir do cotidiano. O resgate do ser humano saudável nos seus aspectos individuais e coletivos aponta para o processo emancipatório do cidadão através da organização pessoal e social. O psicólogo tem ampla participação neste processo. Ao colaborar com o sujeito na quebra da alienação e na assunção de seu desejo. Fortalecer os investimentos libidinais, os laços afetivos, a riqueza simbólica nos aspectos afetivos e cognitivos colaboram para a saúde e fortalecimento do sujeito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRAZIL, C. N. V. **O jogo e a constituição do sujeito na dialética social**. Rio de Janeiro: Forense-Universitária, 1988.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

CALIL, V. L. L. **Terapia familiar e de casal**. São Paulo: Summus, 1987.

CARNEIRO, M. S. C. **O uso de métodos narrativos na pesquisa sobre a deficiência mental**. GT Educação especial. (UFSC/UFRS). 29ª reunião Anual da ANPEd. Tema: Educação, cultura e conhecimento na contemporaneidade: desafios e compromissos 15 a 18 de outubro de 2006. Caxambu. <http://www.anped.org.br/reunioes/29ra/trabalhos/trabalho/GT15-2342--Int.pdf>. 2006 .

CORREIA, M. F. B. A constituição social da mente: (re)descobrimo Jerome Bruner e construção de significados. **Estudos de Psicologia**, 2003, 8(3), 505-513.

FERREIRA, A. C.; GROSSI, Y. S. **A narrativa na trama da subjetividade:** perspectivas e desafios. *Economia & gestão*, Belo Horizonte, v. 2, n. 3, p. 120-134, jan./jun. 2002.

FIGUEIREDO, L. C. M. **A invenção do psicológico:** quatro séculos de subjetivação 1500-1900. São Paulo: Escuta, 1999.

MARQUES, V. **A ruptura epistemológica e a psicologia:** a importância do olhar fluido. Tese de doutorado. UERJ. Rio de Janeiro. 2005.

_____ **O que insiste em não se deixar calar no discurso da pessoa com deficiência mental.** Jornada: “A Psicanálise e os Outros Discursos”. Escola Letra Freudiana. Rio de Janeiro. 29 e 30/11/02.

_____ & SATRIANO, C. R. La constitución de la función semiótica. **Extensión Digital.** ISSN 1851-9237. < https://extensiondigital.fpsico.unr.edu.ar/marques-satriano-n3-2009?quickestabs_8=1>. Vol.3, 2009.

MONTEIRO, R. C. *Cognição, cultura e subjetividade:* domínios da psicologia no processo ensino-aprendizagem. In VASCONCELOS, H. C. (org.) **Docência no ensino superior:** singularidade de uma experiência interdisciplinar. Seropédica (RJ): EDUR (UFRRJ), 2008, p.60-69.

MRECH, L. M. **Psicanálise e educação:** Novos operadores de leitura. São Paulo: Pioneiras, 1999.

NETO, J. L. F. Processos de subjetivação e novos arranjos urbanos. **Revista do Departamento de Psicologia** (UFF), Niterói, v. 16, n. 01, p. 111-120, 2004.

PINTO, M. C. O. **Processos de subjetivação na música e na musicoterapia.** Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social) – Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ, Instituto de Psicologia- Programa de Pós-graduação em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social – EICOS. Rio de Janeiro: UFRJ/IP, 2007.

POLI, M. C. Sexuação e formas contemporâneas de representação. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental.** v.12, n.2, p. 303-315. São Paulo, junho, 2009. Disponível em < <http://www.scielo.br/pdf/rlpf/v12n2/v12n2a05.pdf> >. Acesso em maio de 2010.

SATRIANO, C. R. Investigación clínica en niños con precarización simbólica. **Extensión Digital**. ISSN 1851-9237. < <http://extensiondigital.fpsico.unr.edu.ar/satriano-n1-2009> >. Vol.1, 2009.

SOUZA, A. S. L. **Pensando a inibição intelectual**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1995.

TEDESCO, S. As práticas do dizer e os processos de subjetivação. **Interação em Psicologia**. jul./dez. 2006, (10)2, p. 357-362. Disponível em <<http://ojs.c3sl.ufpr.br/ojs2/index.php/psicologia/article/viewFile/7694/5486>>. Acesso em maio de 2009.